

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL –

ESR

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – COC

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

RAFAELA RANGEL DA SILVA

**A NOVA REFORMA CURRICULAR: um breve olhar sobre o Ensino Médio**

Campos dos Goytacazes, RJ

Dezembro

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCC  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

D111n Da silva, Rafaela Rangel  
A NOVA REFORMA CURRICULAR: um breve olhar sobre o Ensino  
Médio / Rafaela Rangel Da silva ; ANDRÉA LUCIA DA SILVA  
PAIVA, orientador. Campos dos Goytacazes, 2018.  
50 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Sociais)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de  
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos  
Goytacazes, 2018.

1. AS MUDANÇAS NA SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO-DE MEDIDA  
PROVISÓRIA A LEI. 2. A BASE NACIONAL CURRICULAR E OS SEUS  
DESAFIOS. 3. IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO. 4.  
CONSIDERAÇÕES FINAIS, REFERÊNCIAS, ANEXOS. 5. Produção  
intelectual. I. DA SILVA PAIVA, ANDRÉA LUCIA, orientador. II.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da  
Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

RAFAELA RANGEL DA SILVA

**A NOVA REFORMA CURRICULAR: um breve olhar sobre o Ensino Médio**

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, como requisito parcial à obtenção de título de Licenciado em Ciências Sociais.

ORIENTADORA:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Lúcia da Silva de Paiva

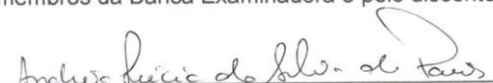
Campos dos Goytacazes, RJ

2018



UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESR - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
COC - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE CAMPOS

Ata da Sessão de Apresentação do Trabalho Final de Curso de Ciências Sociais da discente Rafaela Rangel da Silva, como exigência para a obtenção do Grau de Licenciatura. Aos seis dias do mês de Dezembro de dois mil e dezoito reuniu-se, às 16 horas, na sala 207F do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, por convocação do Departamento de Ciências Sociais de Campos, a banca encarregada de examinar o Trabalho Final de Curso intitulado: "**A Nova Reforma Curricular: um breve olhar sobre o Ensino Médio**", da discente Rafaela Rangel da Silva, Matrícula UFF 11068002. A Banca Examinadora foi constituída pelos professores Carlos Eugênio Soares de Lemos, Flávia Mendes Ferreira, e Orientadora e Presidente da Banca, professora Andréa Lúcia da Silva de Paiva. Dando início aos trabalhos a Presidente da Banca deu ciência a todos das normas e procedimentos da apresentação. A seguir a discente apresentou a Síntese da Monografia e, em seguida, foi argüida pelos Examinadores. Após as considerações finais da discente, a Banca Examinadora, de forma reservada, procedeu à avaliação e julgamento da Monografia. A aluna foi considerada Aprovada (APROVADO ou NÃO APROVADO), por unanimidade, pelos membros da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Banca Examinadora deu por encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim, **Virginia de Souza Mota Viana**, que secretariei os trabalhos, por todos os membros da Banca Examinadora e pelo discente.

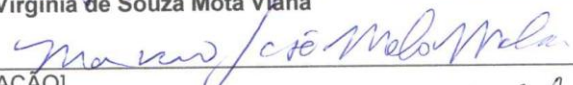
  
Professora Orientadora e Presidente: **Andréa Lúcia da Silva de Paiva - UFF**

  
Professor: **Carlos Eugênio Soares de Lemos - UFF**

  
Professora: **Flávia Mendes Ferreira - SEEDUC**

  
[Secretária] **Virginia de Souza Mota Viana**

*Virginia de Souza Mota*  
Auxiliar Administrativo  
SIAPE n.º 2149271

  
[COORDENAÇÃO]

(Discente) **Rafaela Rangel da Silva**

Dedico essa monografia ao meu pai, o senhor Amaro Francisco da Silva, que hoje não está mais presente, mas permanece em meu coração, e a minha mãe Maria Alaide Rangel da Silva por toda força, carinho e preocupação.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus.

Aos meus pais, que sempre me deram força para estudar e vencer na vida.

Ao meu irmão Rafael Rangel da Silva que sempre me ajudou e também incentivou.

Ao meu marido Diogo Monteiro Soares que sempre me apoiou nas minhas decisões.

As minhas amigas Eliane Araújo e Valéria Cardoso que sempre estiveram ao meu lado.

A minha escola CIEP Leonel de Moura Brizola por toda base fornecida para atingir essa grande conquista.

Os meus amigos: Alan, Fabio, Renata e Miriam por terem me dado força para concluir a faculdade.

A minha orientadora Andréa Lúcia da Silva Paiva, por todo carinho, atenção e dedicação.

Agradeço a essa Universidade e aos professores que tive durante o curso que compartilharam todo conhecimento ensinamento.

Agradeço também aos professores da banca Prof Carlos Eugenio Soares de Lemos e Prof.<sup>a</sup> Flávia Mendes Ferreira por aceitarem estarem presentes em minha avaliação.

E a todos que direta e indiretamente fazem parte da minha vida

Vivemos esperando dias melhores

Dias de paz, dias a mais, dias que não deixaremos

para trás.(Jota Quest)

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a nova reforma curricular do ensino médio dada pela Lei 13.415, de 2017. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica e com entrevistas, na qual busca compreender quais mudanças foram estabelecidas com a medida provisória nº 746/2016 e posteriormente definidas pela lei 13.415/2017. No decorrer do trabalho será discutido a realidade da escola pública, o processo de diversificação e flexibilização na nova organização curricular bem como os desacertos da proposta curricular atual, e a reformulação da nova BNCC para o Ensino Médio. Nesse sentido a pesquisa visa compreender os impactos positivos e negativos da reforma do ensino médio no ensino de sociologia buscando traçar um paralelo da transformação da educação na atualidade.

Palavras chave: Reforma do Ensino Médio, Currículo, educação, sociologia.



## **ABSTRACT**

The objective of this research is to analyze the new curricular reform of secondary education given by Law 13.415, of 2017. Methodologically, this is a documentary and bibliographical research with interviews, in which it seeks to understand what changes were established with the provisional measure nº 746 / 2016 and later defined by law 13,415 / 2017. During the course of this study it will be discussed the reality of the public school, the process of diversification and flexibilization in the new curricular organization, the mistakes of the current curricular proposal as well as the reformulation of the new BNCC for High School. In this sense, the research aims to understand the positive and negative impacts of high school reform in sociology teaching. Seeking to draw a parallel from the transformation of current education.

Keywords: High School Reform, Curriculum, education, sociology.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> -----   | 10        |
| <b>CAPITULO I- AS MUDANÇAS NA SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO-DE<br/>MEDIDA PROVISÓRIA A LEI</b> _____ | <b>13</b> |
| 1.1-OS CAMINHOS DO ENSINO MÉDIO-----  | 14        |
| 1.2- A CRIAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA-----  | 16        |
| 1.3- DISCUSSOES SOBRE AS MUDANÇAS NO ENSINO MÉDIO-----  | 19        |
| 1.4- A LEI 13.415 DE 16 D EFEVEREIRO DE 2017-----   | 20        |
| <br>  |           |
| <b>CAPITULO II- A BASE NACIONAL CURRICULAR E OS SEUS DESAFIOS</b><br>-----                        | <b>23</b> |
| 2.1- O IMPACTO CAUSADO PELA REFORMA DO ENSINO MÉDIO-----  | 31        |
| <br>  |           |
| <b>CAPITULO III- A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO</b><br>-----                         | <b>37</b> |
| 3.1 DIÁLOGO E ENTREVISTAS COM PROFESSORES SOBRE A BNCC<br>_____                                   | 41        |
| <br>  |           |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----   | <b>44</b> |
| <br>  |           |
| <b>REFERÊNCIAS</b> -----  | <b>46</b> |
| <br>  |           |
| <b>ANEXOS</b> -----   | <b>49</b> |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do princípio da intermitência da sociologia no contexto escolar contemporâneo com base na reforma do ensino médio e o quanto esta mudança tende a afetar a qualidade do ensino.

O presente estudo tem como foco analisar o que muda na educação brasileira com a aprovação da Lei 13.415, de 2017 que reforma o ensino médio e seus impactos na qualidade do mesmo sob a perspectiva da disciplina de Sociologia.

De acordo com o texto aprovado no Congresso, o ensino integral será implantado de forma gradual. As escolas terão o prazo de 5 anos para aumentar a carga horária das 800 horas anuais para 1000 mil horas. Isso significa que os turnos passarão das atuais 4 horas diárias para 5 horas diárias. Depois, a carga anual deve chegar a 1,4 mil horas, mas não há prazo estipulado para a meta<sup>1</sup>.

Trazendo como objetivo compreender os rumos da mudança dentro do currículo escolar, levando em conta que a Sociologia na nova reforma curricular do ensino médio será obrigatória enquanto conteúdos de estudos; buscamos avaliar sob a perspectiva da Lei e seus impactos bem como realizar uma discussão com base em autores que discorrem sobre a Sociologia dentro da grade programática.

Pretende-se, portanto, discutir como estas mudanças afetam o currículo escolar na educação e na vida dos alunos visto que muitas delas ocorrem sem que seja levantada uma discussão entre os educadores e sociedade.

O trabalho pretende mostrar as transformações na educação e principalmente no ensino Médio e o quanto tem impactado a qualidade de ensino na perspectiva da sociologia sob o olhar cotidiano de quem leciona e convive no ambiente escolar com ambos os lados. Será analisado as mudanças implementadas com a medida provisória n.746 de 2016 que resultou na Lei 13.415.

Nesse sentido a pesquisa visa compreender os impactos positivos e negativos do ensino de sociologia na educação básica buscando traçar um paralelo da transformação da educação na atualidade.

---

<sup>1</sup> Fonte <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio/aplicativos>. Disponível em 09/09/2018.

Para tal, este trabalho parte do princípio da intermitência da sociologia no contexto escolar contemporânea com base na reforma do ensino médio e o quanto esta mudança afeta a qualidade do ensino. Tendo por objetivo geral analisar a reforma do ensino Médio e o que muda na LDB com a medida provisória do MEC 746/2016 e com a Lei 13.415/2017 e seus impactos na qualidade do mesmo, sob a perspectiva da sociologia. Como objetivos específicos, visamos compreender os rumos da mudança dentro do currículo escolar, partindo do princípio de que a disciplina de Sociologia deixa de ser obrigatória; avaliar sob a perspectiva da Lei, seus impactos e desdobramentos.

O motivo que levou a escolha do tema da reforma do Ensino Médio foi realizar um paralelo dos novos caminhos que a educação vem trilhando nas últimas décadas. Com a reforma implementada se questiona a inserção da sociologia na grade curricular. Passamos, assim, analisar quais os impactos na formação por parte de estudantes e de educadores.

O interesse pela pesquisa está no fato de eu me encontrar como futura socióloga, mas já trabalhar com educação enquanto professora de artes e gestora de uma escola. Percebo o quanto a sociologia é importante por conduzir os alunos a pensar. Cabe a todos nós como agente da educação promover a lucidez desse aspecto, promovendo esse senso crítico. Como professores temos esse compromisso social de promover esse aspecto crítico para o desenvolvimento das futuras gerações.

Esta pesquisa metodologicamente utilizou de entrevistas (em anexo), pesquisa documental (em site do MEC e revistas) e bibliográfica. Como também sou formada em Pedagogia dialoguei com autores dessa área por considerar pertinentes à discussão mesclando com atores das Ciências Sociais.

No capítulo I - será analisado a Medida Provisória (MP) nº 746/2016 e a Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2018. As proposições relativas à reforma curricular do ensino médio.

No capítulo II- A base nacional curricular e o currículo, documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver dentro da unidade escolar.

Já no capítulo III- buscaremos apontar a importância da sociologia no ensino médio e, através de entrevistas com educadores do ensino público e privado, descrever como analisam a Reforma do Ensino Médio e a BNCC diante da implementação da nova lei.

## CAPÍTULO I- AS MUDANÇAS NA SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO-DE MEDIDA PROVISÓRIA À LEI

Os rumos da educação têm sofrido transformações no decorrer do tempo, desde a promulgação da Constituição de 1988, ajustes têm sido feitos, diretrizes e leis incorporadas com o propósito de contribuir com a melhoria da educação e do processo educacional no aspecto mais amplo. De acordo com Alves (2017, p.10):

...justificam assim a necessidade de reformas que visam transformar a escola em um ambiente cada vez mais eficiente para a formação profissional, aumentando através disso, os níveis de desenvolvimento econômico do país (ALVES, 2017, p. 10).

Este ponto não gera discussões, pois é um ponto de consenso entre todos da área educacional, o sistema brasileiro de educação tem perdido qualidade por consequência de fatores que envolvem os recursos mal administrados, pouco investimento nos professores e quase nenhuma valorização dos mesmos, após entrarem em sala de aula, sobra pouco tempo, e recursos escassos para aprimorarem ou se reciclarem dentro de suas formações.

O que é uma *lastima* quando se compreende a importância que o professor tem por ser o profissional que deveria ser incentivado a investir em sua carreira acadêmica, torna-se refém de um sistema cada dia mais falido e desprestigiado. Alves (2017, p.10) pontua também que:

As mudanças surgem sem que os educadores ou a comunidade escolar como um todo tenham participado de forma minimamente consensual dessa discussão, que traz mudanças que interferem tanto na forma, quanto no conteúdo curricular...(ALVES, 2017, p. 10).

O autor aponta que as discussões curriculares deveriam envolver todas as esferas da sociedade, visto que a educação acompanha as etapas da vida do ser humano.

Devido à insatisfação generalizada da classe de professores existe o desejo de mudanças, de uma modernização e um maior investimento no que se refere aos alunos, este ponto é comum a todos que desejam uma educação de qualidade no país. A reforma é um exemplo de falta de discussão, pois não houve na prática a democracia para discutir o assunto.

## 1.1 OS CAMINHOS DO ENSINO MÉDIO

A qualidade do ensino médio vem num declínio importante nas últimas décadas, o que mobilizou o governo buscar meios de elevar não só o nível na qualidade do ensino ofertado, como também rever alguns conceitos, para isso foi pensado um aumento na carga horária e um modelo de educação que envolvesse o ensino técnico.

O único consenso sobre o assunto é a necessidade de se fazer algo pra resolver as questões que atingem a educação no país, contudo, os caminhos que devem ser adotados carecem de discussões que envolvam os educadores e até a sociedade, para que sejam resultados que atendam às necessidades e de que tenha efetividade.

O Ministério da Educação lançou uma Cartilha<sup>2</sup> que explica que entre as mudanças propostas pelo Governo está o fomento ao tempo integral, o incentivo às formações técnicas e a flexibilização do currículo, que deixa de ter 13 disciplinas obrigatórias e passa a ter apenas três. Segundo a publicação, isso permitirá aos estudantes optarem pelas áreas do conhecimento e itinerários formativos que estejam de acordo com suas vocações.

Um dos fatos que mais causaram discussões foi acerca da retirada ou não da obrigatoriedade de algumas disciplinas do currículo, como a sociologia e a filosofia, bem como o fato de incluir em salas de aula, profissionais sem licenciatura. O que ocorre é que a medida permite que os sistemas de ensino autorizem profissionais com notório saber para ministrar aulas. Quanto à formação de professores: se dará da mesma forma como a legislação atual prevê. O professor com licenciatura poderá fazer complementação pedagógica para dar aula de outra disciplina dentro da sua área de conhecimento.

Entretanto, a Medida Provisória de 22 de setembro de 2016 que institui o Novo Ensino Médio se transforma em norma jurídica tendo sua aprovação na Lei 13.415 após nove audiências públicas e com 566 emendas de deputados e

---

<sup>2</sup> A cartilha reúne estruturalmente pergunta e repostas sobre as principais mudanças da Reforma do Ensino Médio. Na época de sua publicação, o ministro da Educação, até então, Mendonça Filho ressaltava que tal obra facilitaria a compreensão das mudanças de forma “simples e clara”, visando a repercussão por todo o país para que as pessoas conhecessem e ajudassem no processo de implementação do Novo Ensino Médio.

senadores<sup>3</sup>.

Uma das alegações do Governo para a mudança que altera os rumos do ensino médio é a evasão escolar, a falta de interesse dos jovens em concluir esta etapa dos estudos, ao mesmo tempo criar um tipo de ambiente que estimule a capacitação profissional.

Segundo o site do Jornal EL PAÍS (2016), em reportagem Benites e Rossi analisam:

As mudanças chegam por meio de uma medida provisória, sem um debate prévio com o Congresso Nacional ou com a sociedade. A justificativa, segundo o ministro da Educação, Mendonça Filho, é a de que o Governo Michel Temer está com pressa para alterar a situação de “falência do ensino médio” do país<sup>4</sup>.

No entendimento do governo, a “falência do ensino médio”, poderia ser resolvida com medidas emergenciais, quando na realidade, é paliativo, na mesma reportagem, o governo traça um paralelo com países que adotam sistemas semelhantes, contudo não leva em consideração o investimento realizado no sistema educacional, como se observa a seguir:

O plano visa reduzir a evasão escolar e preparar os jovens para o mercado de trabalho. A proposta tenta aproximar a educação brasileira do método utilizado em outros países como Austrália, Coreia do Sul, Finlândia, França, Portugal e Inglaterra. As alterações valem para escolas públicas e particulares. Não há no projeto, contudo, pontos específicos de valorização de professores ou emprego de tecnologia (computadores) em salas de aula a exemplo das nações mais desenvolvidas.

Este é um fator preponderante para a reforma, segundo a alegação do governo para o abandono ou o não ingresso no ensino médio pelos jovens, contudo o outro lado desta questão deve ser analisado com seriedade, quando não há o investimento na formação de novos professores como é feito em países citados na reportagem acima, nem o estímulo para que os que estão em sala de aula permaneçam.

---

<sup>3</sup>Fonte: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

<sup>4</sup>Fonte: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/22/politica/1474579671\\_242939.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/22/politica/1474579671_242939.html). Acesso em 22/08/2018



## 1.2 A CRIAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA

A definição de Medida Provisória segundo a Assessoria de Imprensa da Câmara dos Deputados no site oficial<sup>5</sup> define da seguinte forma:

A Medida Provisória (MP) é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei.

Toda Medida Provisória tem um prazo pré-definido para ser votada, caso isso não ocorra, a pauta é trancada, até que a votação da medida provisória aconteça. Seguindo este raciocínio, a medida provisória que muda as diretrizes do ensino médio foi assim instituída para que fosse o ponto de partida nas reformas necessárias há muito tempo, segundo o governo, percorrendo o caminho “legal”, até que se tornasse lei.

O Governo Federal através de criação de uma Medida Provisória propôs a reestruturação do ensino médio, no qual desde a carga horária até as disciplinas sofressem ajustes. Estas mudanças criaram muita controvérsia, pois tem como finalidade básica transformar o ensino médio direcionado a formação técnica.

As principais mudanças determinadas na Medida Provisória se referem aparte final da educação básica que se refletem no ensino médio, entre elas: a ampliação da carga horária podendo chegar a 1400 horas num processo progressivo, a fim de tornar as escolas no modelo de período integral; institui a língua portuguesa e matemática como obrigatórias nos três anos do ensino médio.

O ensino de arte e da educação física passa a ser obrigatório no ensino fundamental, mas tornam-se facultativas ao ensino médio; já a língua inglesa fica obrigatória a partir do sexto ano do ensino fundamental bem como no ensino médio, tornando facultativo, outros idiomas como o espanhol.

Outra mudança a destacar é que os conteúdos cursados no ensino médio possam ser aproveitados no ensino superior; portanto o currículo do ensino médio passa a ser compostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, humanas e

---

<sup>5</sup> <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>. Acesso em 15/08/2018.

formação técnica e profissional. Segundo o site do MEC divulgado em 3 de abril de 2018:

O ministro da Educação, Mendonça Filho, entregou, nesta terça-feira, 3, ao Conselho Nacional de Educação (CNE), a etapa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente ao Ensino Médio, para discussão junto à sociedade no âmbito do CNE. O documento vai permitir a implementação da Reforma do Ensino Médio, que tem como ponto central a flexibilização dos currículos. Após discutido e aprovado, o documento vai nortear os currículos dessa etapa escolar e também servirá como referência para a formação dos professores do ensino médio, para os livros didáticos e, futuramente, para as avaliações<sup>6</sup>.

Segundo Mendonça Filho, Ministro da Educação na época da elaboração da medida, o Brasil passaria a ter a oportunidade de desenvolver currículos nos estados e nas escolas:

A entrega da BNCC do Ensino Médio é mais uma etapa que concluímos de acordo com o Plano Nacional de Educação e atendendo à própria Constituição Federal, uma mudança de parâmetro importante para a educação do país<sup>7</sup>.

O governo sustenta que o motivo da mudança foi a crise no ensino médio, assim como a queda na qualidade do ensino médio que obteve o pior desempenho comparado ao ensino fundamental, tanto às séries iniciais quanto as finais, de acordo com dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), segundo Portal da Educação (2016):

De acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), o ensino médio é o que está em pior situação quando comparado às séries iniciais e finais da educação fundamental. A meta estabelecida para 2015 era de 4,3, mas o índice ficou em 3,7<sup>8</sup>.

De acordo com esses dados foi necessário intervir nas séries de base do ensino fundamental para que o ensino médio passasse a contar com alternativas para uma melhoria na qualidade de ensino oferecido, contudo ocasionou muitas discussões sobre o tema.

A reportagem publicada no site do MEC (2018) afirma que o documento

---

<sup>6</sup> <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/62371-ministro-da-educacao-entrega-base-nacional-comum-curricular-do-ensino-medio>. Acesso em 02/08/2018

<sup>7</sup> <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/62371-ministro-da-educacao-entrega-base-nacional-comum-curricular-do-ensino-medio>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

<sup>8</sup> [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-ideb-2015-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-ideb-2015-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206). Acesso em 06/11/2018

entregue por Mendonça Filho assegura que todas as escolas do país, sejam públicas ou privadas, desenvolvam com seus alunos as mesmas habilidades e competências essenciais, garantindo uma educação de qualidade para todos.

O ministro ressaltou a valorização da formação integral dos estudantes pela BNCC, que levará a educação brasileira a um patamar de qualidade mais próximo dos países desenvolvidos, e defendeu a continuidade dos debates sobre a base:

O desafio, do ponto de vista de mudanças estruturais na educação do Brasil, é gigante. Mas temos consciência de que esta é uma agenda que suplanta e supera qualquer divergência política, ideológica ou partidária, é uma agenda de estado que envolve a todos<sup>9</sup>.

Mas se partimos da afirmativa de que a base não é currículo? Ela estabelece o ponto aonde se quer chegar, enquanto os currículos – que são de responsabilidade das redes de educação e das escolas – determinam como atingir esses objetivos. De acordo com Michael Apple (2001,P.16) um dos principais componentes da educação é o currículo, conhecer a estrutura curricular é indispensável para que o professor possa fazer um bom planejamento de suas aulas, tornando como ponto de partida e de orientação.

Também temos que importante compreender que, o currículo não é somente um documento impresso das instituições de ensino, mas um documento que reflete todo um complexo de relações sociais de um determinado momento histórico.

A finalidade não se discute, afinal todo o modelo de educação precisa ser constantemente revisto e atualizado, porém a forma como estão sendo conduzidas as mudanças causam estranheza por parte de quem trabalha com educação e visa uma melhoria na obtenção do conhecimento de crianças e jovens em nosso país. .

Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada em parceria com o movimento Todos Pela Educação, aponta que 26% dos entrevistados consideram o ensino no nível médio do país como ruim ou péssimo. Em 2013, quando levantamento semelhante foi feito, o percentual era de 15%. No nível fundamental, o percentual passou de 18% para 27%<sup>10</sup>.

A pesquisa aponta o descontentamento generalizado, o que indica que

<sup>9</sup> [http://tvassembleia.org/noticiasConteudo\\_inc.php?idNoticia=8919](http://tvassembleia.org/noticiasConteudo_inc.php?idNoticia=8919). Acesso em 06/11/2018.

<sup>10</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-04/percepcao-do-brasileiro-sobre-qualidade-do-ensino-piora-aponta-cni>. Acesso em 22/08/2018.

existe o desejo de ter um ensino de qualidade que não se prenda a modelos já ultrapassados, mas que realmente atenda a carência dos alunos o pré-escolar, ensino básico, até o ensino superior, e claro, passando pelo Ensino Médio de qualidade.

Apesar disso, o tipo de reestruturação proposta através da medida provisória trouxe mais questionamentos do que soluções. Algumas mudanças como a retirada das disciplinas de sociologia e filosofia da grade curricular do ensino médio causou um estranhamento entre educadores, discussão que permaneceu após sua transformação em lei.

Sobre a BNCC o que temos hoje é uma disputa entre entidades ligadas a vários setores empresariais, todos estão tentando fazer circular na sociedade sentidos para a construção da Base, quer seja concordando ou questionando esse movimento. Penso que a disputa ainda não acabou, porque o governo federal acaba privilegiando alguns setores e quando pensamos em política no atual Brasil em que vivemos pensamos em currículo e políticas curriculares onde somos conduzidos a considerar o complexo em que os brasileiros se encontram com o Brasil atravessando uma grande crise político-econômica que traz consigo consequências reais e retrocessos significativos para todas as dimensões sociais do país. Essas implicações, por sua vez, alcançam a educação e especificamente as políticas curriculares e com isso todos sofrem, pois querem fazer mudanças em benefícios para eles, mas sem olhar de uma certa forma a escola que acaba sendo o centro dessas modificações e influencia todos os envolvidos na educação.

### 1.3 DISCUSSÕES SOBRE AS MUDANÇAS NO ENSINO MÉDIO

O tema da reforma deu margem a muitos questionamentos, um dos mais incisivos é a não obrigatoriedade da aplicação de disciplinas como sociologia e filosofia.

Desta maneira, toma-se por ponto de partida compreender os ângulos que envolvem a reforma, como por exemplo, a análise contextual e política contemporânea; a flexibilização curricular; o Ensino Integral; a educação a serviço do mercado; dentre outros.

Devido a todas as desigualdades sociais que o Brasil enfrenta, a educação está num ponto central da questão. Se a Constituição garante a igualdade de direitos para todos, na realidade o número de cidadãos sem acesso à educação ainda é alarmante, e os que têm acesso, não recebem com qualidade, pois não há na mesma proporção, demanda de procura e oferta.

Segundo definição da PNE, da Lei Nº13.005/2014, são diretrizes: a erradicação do analfabetismo, superação de desigualdades sociais, melhoria na qualidade da educação, formação para o trabalho e cidadania entre outros pontos importantes que não são tão simples de serem postos em prática. A realidade das escolas é precária, onde professores não valorizados em seus salários, nem estimulados a dar prosseguimento a suas vidas acadêmicas, dentro deste contexto de precariedade (BRASIL, 2014)<sup>11</sup>.

Por outro lado, a flexibilidade curricular é um dos pontos mais polêmicos dentro da reforma, pois divide opiniões de educadores e gestores, no que se refere a não obrigatoriedade de algumas disciplinas. A MP orienta a ter-se itinerários específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino.

Assim, estes devem ser escolhidos para que o jovem encaminhe sua carreira profissional pelas disciplinas que melhor atendam suas aspirações, uma vez que eles deveriam ter voz neste momento de escolher, ou pelo menos fazer parte da discussão, o que não ocorre na prática. De acordo com o texto:

Pelo que rege a MP, quem efetivamente escolhe e define os itinerários são os sistemas de ensino, não são as/os jovens. Essa oferta de itinerários formativos estará condicionada, por sua vez, às condições econômicas, logísticas e estruturais dos sistemas de ensino<sup>12</sup>.

Portanto, as condições de municípios e segundo as aspirações de cada escola vão determinar as diretrizes a serem adotadas, e os jovens terão que se adequarem ao que lhe é ofertado.

#### 1.4 A LEI 13.415 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

A Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 veio alterar a lei de Diretrizes e Base para Educação (Ldben) 9394/96 e, além disso, como vimos, ela nasceu em

<sup>11</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso 6/08/2018.

<sup>12</sup> Fontes: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/texto-para-discussao-reforma-do-ensino-medio-mp-7462016>. [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em 09/09/2018.

2016 com a medida provisória nº 746 de 2016, direciona um conjunto de mudanças para a formação dos jovens, para o currículo escolar e, conseqüentemente, projeta mudanças para a formação de professores que atuam nessa etapa da educação básica.

Como descrito acima, a Lei 13.415 teve sua origem com a Medida Provisória (doravante MP) no nº 746, de 2016, que gerou um conjunto mobilizações de intelectuais da educação e estudantes, pois foi considerada pelos movimentos sociais como um ato autoritário do Executivo. Entre as mobilizações importantes, destacamos o movimento de estudantes que culminou nas ocupações de escolas e universidades públicas, em sinal de protesto e de reivindicação da retirada dessa MP do Congresso Nacional. O movimento das ocupações, que foi organizado pelos estudantes, era luta contra a fragmentação do ensino médio e a precarização do currículo escolar com eliminação de várias disciplinas, entre elas a Sociologia. O que ocasionou revolta contra os alunos, pois os mesmos não foram ouvidos.

Em nota, a (SEEDUC) informou que foram várias escolas e que recebeu vários alunos para ouvir as reivindicações, a reivindicação foi sobre as reformas no currículo escolar, a secretaria informou que havia uma discussão nacional a respeito do tema, para a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular.

Sabemos que a escolas não estão preparadas para essas mudanças, não temos professores suficientes, laboratórios e muitos alunos em sala de aula, e com isso acabam ficando prejudicados, tanto o aluno como o professor.

Um dos problemas dessa lei é trazer para a educação a tecnologia para a escola. Analiso que a tecnologia tem que está a favor da escola, mas jamais substituir a escola, porque é nela que os jovens aprendem o respeito a diversidade, solidariedade e todas as vivencias, a escola é uma construção aos afetos fundamentais que criam indivíduos que pensam.

Segue abaixo os principais pontos alterados pela lei 13.415

Quadro I- O que muda na LDB.

| Pontos        | Antes  | Depois                                       |
|---------------|--|--|
| Carga Horária | A LDB prevê que, nos três anos do ensino médio, os | A Lei nº 13.415/17 do governo federal amplia |

|                         |   |  |
|-------------------------|---|--|
|                         | alunos tenham no mínimo 800 horas de aula, e que cada ano tenha pelo menos 200 dias letivos.  | "progressivamente" a carga horária para 1.400 horas, sem especificar um número mínimo de dias letivos por ano nem um prazo para a ampliação.   |
| Disciplinas Obrigatória | O ensino de artes e de educação física era obrigatório na educação básica, incluindo no ensino médio. Desde 2008, aulas de filosofia e sociologia também eram obrigatórias nos três anos. | A partir de agora, a decisão de incluir artes, educação física, filosofia e Sociologia nas aulas do ensino médio dependerá do que será estipulado pela Base Nacional Comum Curricular                    |
| Ensino Técnico          | A lei já previa a possibilidade de as escolas integrarem o ensino técnico e profissionalizante ao ensino médio em diversos modelos.   | A formação técnica e profissional passa a ter peso semelhante às quatro áreas do conhecimento. A mudança também inclui a possibilidade de "experiência prática de trabalho no setor produtivo" ao aluno. |
| Língua Estrangeira      | As escolas eram obrigadas oferecer, a partir do sexto ano, aula de pelo menos uma língua estrangeira, mas tinham a liberdade de escolher qual língua                                      | O inglês passa a ser a língua estrangeira obrigatória em todas as escolas. As escolas podem oferecer uma segunda língua, que deve ser, preferencialmente, o espanhol.                                    |
| Professores             | A lei exigia que os professores fossem trabalhadores de educação com diploma técnico ou superior "em área pedagógica ou afim".  | técnico ou superior "em área pedagógica ou afim". Fica permitido que as redes de ensino e escolas contratem "profissionais de notório saber" para dar aulas "afins a sua formação".                      |
| Vestibulares            | As universidades são livres para definir que conteúdos que exigem das provas para selecionar os calouros,   | A lei determina que o Conteúdo dos Vestibulares seja apenas "as Competências, as   |

|  |   |   |
|--|---|---|
|  | levando em consideração o impacto da exigência no ensino médio. | habilidades e as expectativas de aprendizagem das áreas de Conhecimento definidas na BNCC". |
|--|---|---|

Fonte: Elaboração Rafaela Rangel – Outubro de 2018.

Todas essas mudanças que ocorreram na lei nº 13.415/17 ficou complicado tanto para os educadores quanto para os alunos, porque eles foram os primeiros afetados com essa mudança. São várias críticas feitas com essa mudança, uma delas é a do notório saber onde o profissional que demonstre saber reconhecido possam ministrar conteúdos. De acordo com a lei número 13.415/2017:

Art.61-IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender.

## CAPÍTULO 2- A BASE NACIONAL CURRICULAR E OS SEUS DESAFIOS

Quando se busca as bases do Direito Educacional, deve-se sempre começar e se fundamentar na Constituição Federal, ou seja, naqueles princípios abrangentes capazes de multiplicar-se em muitos outros direitos, garantias e deveres. Desta maneira é necessário considerar o artigo 3º da Constituição Federal de 1988:

3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
 I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
 II - garantir o desenvolvimento nacional;  
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)<sup>13</sup>.

Portanto, nesta ordem constitucional se incluem os direitos educacionais

<sup>13</sup> [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_3\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_3_.asp)



especialmente do aluno, do professor, da escola e da família. A Educação é uma Política Social e como tal tem lugar de destaque na Constituição brasileira que trata sobre sua implantação em seu capítulo 3, artigo 205 que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Vale ressaltar a importância da Política de Educação desde aprovação da Carta Magna do país, onde já se registra como objetivo desta Política Social o pleno desenvolvimento da pessoa e a necessidade de se formar cidadãos críticos e conscientes.

Sendo assim negar o acesso às disciplinas do currículo escolar que prezam por esses objetivos como é o caso das disciplinas da área de Ciências Sociais, tornando-as facultativas aos alunos, é não ofertar aos discentes meios de desenvolver essas habilidades e competências. Entrelaçando educação e desenvolvimento.

A presença da educação na Constituição Federal deve ser examinada necessariamente com base nesses objetivos expostos no artigo 3º, dos quais ela não pode estar de nenhum modo afastada.

Os princípios básicos, contidos no artigo 3º da Constituição, devem influir na teoria e na prática educacionais derivadas do Capítulo III, denominado “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, no Título VIII (Da Ordem Social), juntamente com outros preceitos distribuídos ao longo do texto constitucional. (BRASIL, 1988)

Por outro lado, os direitos e garantias fundamentais, discriminados no Título II, da Constituição Federal de 1988, constituem os outros princípios básicos a serem obedecidos na teoria e na prática educacionais, contidas no Capítulo III, do Título VIII. Estes direitos do homem somente se realizam quando estão sustentados nas garantias constitucionais, não tendo, sem elas, qualquer validade prática.

Ainda em seu artigo Art. 214 a Constituição define que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. (BRASIL, 1988)

Surge então novamente na legislação não só a preocupação com a formação para o trabalho como também a promoção humanística e com qualidade. Trazendo para a proposta da Reforma do Ensino Médio fica para a comunidade escolar evidente o investimento em formar mão-de-obra e não cidadãos preparados para o exercício da cidadania.

Tem-se o retorno para uma educação de caráter tecnicista e excludente, reproduzindo apenas a exploração do homem pelo homem e não dando o incentivo para o progresso nos estudos, valorizando o técnico em detrimento do acadêmico.

Conforme entrevista com coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a reforma do ensino médio é um retorno piorado da década de 90. De acordo com suas afirmações é possível concluir que a reforma do ensino médio, assim como na década de 90, trará uma educação incompleta, já que matérias básicas serão dadas de forma supérflua e o ensino técnico será de baixa qualidade (CARA, 2017).

Por isso cabe a reflexão e o debate sobre por que somente o ensino de Português, Matemática e Inglês tornam-se obrigatórios, deixando outra disciplina tão importante quanto essas de fora da grade curricular, como é o caso das disciplinas de Filosofia e Sociologia

A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, nº 9394/96 fala da necessidade de uma Base Nacional Comum, mas não está explícito em seu texto a necessidade de ser organizada em disciplinas ou conteúdos.

Assim, nesse complexo de direitos e deveres do Estado e do aluno, há uma grande lacuna quanto ao currículo a ser discutido e fundamentado. O que seria melhor a fim de garantir um ensino de qualidade: ofertar conhecimento por áreas específicas do saber ou fazer com que o aluno obtivesse o mínimo do conhecimento necessário em cada disciplina?

Paulo Freire (2002) discorre sobre o assunto, relacionando também a outras questões como o acesso a informações rapidamente e as novas tecnologias,

evidenciando a necessidade de saber lidar com tudo isso de forma reflexiva, o que demanda orientação também da escola:

A criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos” decorrentes do ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologicado. E não vai nesta consideração nenhuma arrancada falsamente humanista de negação da tecnologia e da ciência. Pelo contrário é consideração de quem, de um lado, não diviniza a tecnologia, mas, de outro, não a diaboliza. De quem a olha ou mesma a espreita de forma criticamente curiosa. (FREIRE, 2002, p. 20)

A ideia de ofertar o mínimo dos ramos do conhecimento científico e ampliar a jornada escolar que será completada com a parte profissionalizante e ainda a possibilidade de que profissionais sem licenciatura possam ministrar essas aulas legitimados pelo notório saber, causou um verdadeiro frenesi em toda a comunidade escolar<sup>14</sup>.

Desta maneira, os professores deverão a partir de a Base Nacional Comum Curricular desenvolver os caminhos a seguir, ou seja, como ensinar e que outros elementos (parte diversificada – características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar) precisam ser somados, o que se mostra como um grande desafio para a implementação da BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento previsto na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Plano Nacional de Educação que define os conhecimentos essenciais que todos os alunos da Educação Básica têm o direito de aprender e que deve ser obrigatoriamente observada na elaboração e implementação de currículos das redes públicas e privadas, urbanas rurais.

Esse documento define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica – de forma progressiva e por áreas de conhecimento referência nacional e obrigatória para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos estados, do DF e dos municípios e das propostas pedagógicas das escolas. Segundo a Base a mesma

---

<sup>14</sup> Segundo o Dicionário Aurélio, por notório saber se define por “Título atribuído aos professores ou aos pesquisadores que realizaram trabalhos cuja importância foi reconhecida”. A palavra notório é um adjetivo utilizado para qualificar algo que é “Conhecido por um grande número de pessoas; sabido: é notório seu talento para ensinar. Que não se pode contestar, duvidar, refutar; evidente: parlamentar com notório respeito público”. Disponível em <https://www.dicio.com.br/notorio>. Acesso em 6 de novembro de 2018. .

deve soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva<sup>15</sup>.

Quanto aos currículos a BNCC serve como referência para a construção e adaptação dos currículos de todas as redes de ensino do país. As redes e escolas seguem com autonomia para elaborar, por meio do currículo, metodologias de ensino, abordagens pedagógicas e avaliações, incluindo elementos da diversidade local e apontando como os temas e disciplinas se relacionam. BNCC e currículos têm, portanto, papéis complementares: a Base dá o rumo da educação, mostrando aonde se quer chegar, enquanto os currículos traçam os caminhos.

Lopes (2015), investigando as propostas de BNCC expostas nos planos de governo dos principais candidatos à Presidência da República em 2014, examina o que considera serem pressupostos da BNCC: a aposta em um conhecimento suposto como essencial, bem como a aposta em um consenso curricular fora da disputa política contextual da escola; os esforços para conter a tradução na política de currículo e formar um ideal de sujeito educado impossível de ser garantido como tal.

Para que país ou uma nação saiba onde quer chegar é necessário que primeiramente este mesmo país, esta mesma nação tenha um plano bem elaborado e bem constituído afim de que toda nação abrace as diretrizes, os ideais deste mesmo plano. No entanto, entrelaçando educação e desenvolvimento, Pinto Ferreira (1995) considera o seguinte:

A fórmula educação para o desenvolvimento é realmente proveitosa, entretanto difícil se torna a educação sem o desenvolvimento, já que a educação, sendo um privilégio de minorias privilegiadas e ricas, só floresce nas áreas de prosperidade, e não nas áreas de pobreza. (PINTO FERREIRA, 1995, p. 261)

O plano Nacional de educação estabelece diretrizes e bases para educação brasileira está descrito na lei 10.172/ 2001. No artigo 1º “fica aprovado o plano nacional de educação constante do documento com duração de 10 anos.”. É um plano direcionado para todo Brasil e de médio prazo, que orientará todas as

---

<sup>15</sup> <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc-ensino-medio>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

ações na área educacional no país com responsabilidades compartilhadas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O plano Nacional apresenta várias metas o Brasil enfrenta grandes dificuldades para ter um ensino de qualidade, o plano apresenta várias metas cada uma com sua estratégia, direcionando onde quer chegar. É um plano com grandes metas.

A preocupação do plano nacional é com a qualidade do ensino médio, nele é trabalhado um currículo com competência, que forme um cidadão integralmente. Ao analisar a oferta do Ensino médio, principalmente na formação integral para os alunos, verifiquei que as metas 3,4,7,8 e 11 estão relacionadas ao ensino médio:

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 11: Triplicar às matrículas da educação técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Se conseguíssemos avançar essas metas analiso ser possível termos avanços no ensino médio. Por sua vez, como já expressei nesse trabalho, é a Base Nacional Comum Curricular-BNCC do Ensino Médio que vem se tornando uma referência obrigatória, mas não deve ser compreendida como sendo

currículo<sup>16</sup>. Seu papel é apenas ser um insumo para a elaboração e revisão dos currículos da educação básica, como o nome já diz, base dá o rumo da educação, isto é, diz aonde se quer chegar, enquanto os currículos traçam os caminhos. Em outras palavras a BNCC estabelece os objetivos que se espera atingir, enquanto o currículo define como alcançar esses objetivos. Neste sentido Rodrigues (2017) contribui dizendo que:

Vem se constituindo um contexto interpretativo pelo qual se pode ler a base como o que falta à educação de “boa” qualidade. A força da articulação política em torno da BNCC, que condensa distintos projetos societários, diferentes demandas educativas não atendidas, se assenta na crença da educação como totalidade, na leitura estrutural da sociedade como totalidade fechada. Frente a essa totalidade, a educação, via BNCC, desempenha a tarefa de salvação, de sutura da falta de qualidade. (RODRIGUES, 2017, p.26).

Logo, a ideia é de conservar as matérias crítico-reflexivo obrigatórias do ensino médio conciliando-as com as de caráter tecnicista. O desenvolvimento de um senso crítico é essencial para a construção de um caráter questionador. Além disso, o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico está previsto conforme o artigo 35 da lei 9394/96 (Lei das Diretrizes de Base).

Assim é preciso ponderar as rupturas do plano de um novo ensino médio segundo o que já é instituído por lei, é fundamental incluir a obrigação de uma formação ética, o que fica difícil com a retirada de matérias no ensino médio que contribuem para tal formação. Segundo Silva (2018) é possível observar uma dificuldade para os futuros profissionais em relação ao posicionamento crítico e construtor autônomo de uma ideia.

A autora coloca ainda a necessidade de analisar quais serão os impactos sociológicos caso a reforma do ensino médio seja aprovada, ressaltando que tais transformações trarão consequências no novo modelo de ensino. A autora (2018, p. 123-124) declara que “é fundamental que se verifique se terá impacto na economia, já que se planeja a constituição, já que certas matérias hoje consideradas como obrigatórias serão retiradas desse quesito”:

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC>. Acesso em 02 de setembro de 2018.

A relevância de se discutir tal tema se dá pelo grande retrocesso segundo grandes estudiosos da educação, já que matérias tais como filosofia e sociologia servem para a construção de uma sociedade com opiniões próprias para julgar aquilo que se é melhor. Formando assim cidadãos ativos que buscam questionar e não somente absorver aquilo que está sendo imposto. Além disso, é fundamental que se analise a questão da escola em tempo integral que se pretende instaurar, já que essa medida poderá trazer grandes impactos econômicos. (SILVA, 2018, p. 124)

Por isso é preciso analisar se os objetivos desejados por tal projeto trarão benefícios significativos para a educação dos jovens, tendo em vista que aumentando a carga horária, aumentará as despesas com a educação.

Ainda segundo a autora é necessário situar quais serão os verdadeiros impactos com o aumento da carga horária uma vez que hoje se percebe “um abandono em larga escala de estudantes no ensino médio, diminuindo assim o número de jovens que irão ingressar no ensino superior, e conseqüentemente a diminuição de um aprimoramento do conhecimento” (SILVA, 2018, p. 124).

Silva (2018) afirma que é possível inferir que haverá um maior número de profissionais técnicos, com conhecimentos para executar o que lhe é devido, impedindo assim a capacidade de um desenvolvimento de um pensamento crítico indagador, se tornando desta maneira um sujeito passivo, que aceita todas as condições impostas pelo sistema o qual está inserido, sem ao menos questionar.

Sendo assim é preciso que haja na educação a criação de normas e valores para amparar o indivíduo na conduta social, e tal acontecimento só será possível com matérias construtoras de um senso crítico.

O tema é vasto e complexo, merecendo ser motivo de pesquisa e debates devido à supressão de matérias que colaboram para a formação de cidadãos críticos, com a capacidade de questionar sistemas e imposições, capazes de discernir sobre aquilo que considera melhor ou mais viável, como ocorre atualmente como Silva evidencia a seguir:

Com a introdução de estudo predominantemente técnico é necessário indagar sobre o acesso a educação propedêutica previsto na constituição. Caso a reforma do ensino médio for implantada de fato no país é necessário que nós no exercício de nossa cidadania questionemos o direito social de novos jovens ingressantes do ensino médio, já que a é perceptível um atraso em relação a certas matérias necessárias para o ensino superior (SILVA, 2018, p. 124).

Além disso, é inegável um retrocesso ao modo de pensar de sociólogos

influentes e lutas passadas para que determinadas matérias se tornassem obrigatória.

## 2.1-O IMPACTO CAUSADO PELA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A mudança para áreas de conhecimento no currículo do Ensino Médio poderá ocasionar uma suposta superação da fragmentação, mas trará também um esvaziamento do conhecimento. Sendo assim, essa proposta é uma nova forma de o estudante “escolher” por uma das áreas de conhecimento contribuindo para o aprofundamento da formação fragmentada. Saviani analisa que:

O modo como está organizada a sociedade atual é a referência para a organização do ensino fundamental. O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade (SAVIANI, 2007, p.160)

A organização do currículo por áreas do conhecimento brota da acumulação flexível, cujo discurso é que “o sujeito conhece e domina a totalidade do processo, no entanto a totalidade não significa que domine o conhecimento no sentido das dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia”. (NETO, s.d., p.8721)

Dessa forma, serão ofertadas somente três disciplinas obrigatórias: língua portuguesa, matemática e língua inglesa até o terceiro ano do ensino médio, os outros conhecimentos serão disponibilizados segundo o que Sistema de Ensino definir. Outra crítica feita por Neto (s.d., p. 8721) é em relação à formação do professor para atuar no Ensino Médio, já que os professores poderão ser contratados sem diploma na disciplina que irão ministrar “o notório saber”. De acordo com Kuenzer (2005, p. 12):

O trabalho da maioria está cada vez mais desqualificado, intensificado e precarizado, como resultado do novo regime de acumulação. Do que se conclui que, do ponto de vista da gestão empresarial, a recomposição da unidade do trabalho não passa de ampliação de tarefas do trabalhador, sem que isto signifique uma nova qualidade na formação, de modo a possibilitar o domínio intelectual da técnica.

Logo muitos profissionais da educação avaliam como um retrocesso a contratação sem diploma na disciplina de atuação, uma vez que a formação inicial (graduação) foi uma conquista garantida pela Constituição Federal/1988 e LDB nº



9394/1996. Neto coloca que diante dessa totalidade, “o governo quer desmantelar essa conquista dos trabalhadores da educação, pois a necessidade de professores preparados é da sociedade”. (s.d. p. 8721):

Os impactos que essa medida poderá trazer à formação do jovem estudante serão grandes. Em relação à jornada ampliada de quatro (4) para sete (7) horas diárias, acarretará uma mudança brusca nas unidades escolares porque muitas delas não possuem infraestrutura adequada para enfrentar tais mudanças. Necessitam maior investimento financeiro. (NETO, s.d., p.8721)

O autor acima citado coloca que outro impacto está relacionado à demanda necessária de professores para que se cumpra essa carga horária com os alunos em sala de aula, pois é sabido que existe um descaso por parte do governo em relação à efetivação de professores através de concurso público para atuar nas escolas.

Neto afirma ainda que outra consequência que poderá acontecer é a ausência da obrigatoriedade da oferta das disciplinas de Filosofia e Sociologia, ocasionando o esvaziamento do conhecimento, pois essas disciplinas são fundamentais para a formação de um indivíduo conhecedor de seus direitos (formação cidadã), uma vez que dá subsídios para que se forme um sujeito crítico. (s. d., p. 8722):

A não obrigatoriedade dessas disciplinas no currículo revela a verdadeira intenção do que está subjacente a essa reformulação do ensino médio, pois, nos dias atuais, para se formar mão de obra, basta que o sujeito tenha um conhecimento que o torne capaz de atuar no mercado de trabalho. Seguindo o mesmo ideário das políticas educacionais dos anos 1990 que submeteram o currículo do ensino médio à pedagogia das competências (NETO, s.d., p.8722).

Neto considera que o Ensino Médio realmente precisa de uma política clara e objetiva, mas não imposta (autoritária), como está acontecendo atualmente no Brasil, uma vez que o problema está na base. É necessário antes que haja uma mudança em todas as fases do ensino, e as decisões sobre a reforma devem ter a participação de todos (estudantes, pais, profissionais e pesquisadores da educação, entre outros) segundo Neto (s.d., p.8722).

A Revista “Em Foco” da Editora do Brasil trouxe em sua primeira edição em 2017 um material tratando sobre os desafios do novo ensino médio. A publicação convida a uma reflexão sobre os possíveis caminhos do Ensino Médio no que diz

respeito às mudanças propostas, e chama atenção para a necessidade não só de mudar a grade de disciplinas, mas de valorizar a Educação como um todo:

Não existe uma resposta única para os desafios que o Ensino Médio enfrenta no Brasil. Entretanto, mudanças significativas passam, necessariamente, por melhores formação e condições de trabalho para os professores, além de uma cultura de valorização do conhecimento. (EM FOCO, 2017, P08)

Segundo o texto publicado, o Ensino Médio no Brasil não vai bem devido às altas taxas de evasão escolar, notas baixas em avaliações unificadas, violência.

A flexibilização do currículo pode ajudar nesse sentido, no entanto, o mesmo documento aponta que a falta de atratividade está vinculada a outros fatores, como a infraestrutura precária e a falta de segurança nas escolas, além é claro, do pouco uso e baixa valorização da tecnologia em sala de aula, e da falta de contato com o professor:

Até a década de 1970, no Brasil, o Ensino Médio era um luxo a que tinham direito somente os filhos da elite que pretendiam seguir rumo à universidade. Naquela época, essa etapa do ensino era dividida entre o científico, o clássico e o normal. A universidade era restrita até mesmo a mulheres de famílias abastadas: muitas faziam apenas o curso normal. (EM FOCO, 2017, p. 08)

Apesar de esta realidade ter mudado, pois atualmente a grande maioria dos jovens das classes trabalhadoras passou a cursar o Ensino Médio, em parte devido a mudanças no mercado de trabalho e na economia mundial, ainda hoje, poucos adolescentes concluem o Ensino Médio na idade certa (até os 19 anos). E muitos jovens entre 15 e 17 anos ainda estão fora da escola e milhares de outros brasileiros continuam no Ensino Fundamental. Em outras palavras, o Brasil ainda não conseguiu a universalização do Ensino Médio. (Em Foco, 2017).

Mesmo assim, a cara dessa fase da educação básica mudou, seja por fatores geracionais, tecnológicos ou de composição socioeconômica. A publicação questiona se isso não ocorre por que os professores especialistas venham de um sistema de ensino superior que ainda é elitizado, vindo de cursos de licenciatura onde o trabalho com habilidades sócio emocionais e relacionais é negligenciado em nome do conteúdo. A Revista afirma que a escola de Ensino Médio ainda não concluiu um ciclo de adaptação completa à realidade cultural, social e econômica das novas comunidades que nela ingressaram e ainda aponta

outras dificuldades:

Faltam também recursos materiais e humanos para cumprir o que está no papel: mais especificamente, faltam professores de Física, Química, Biologia, Matemática, Sociologia, Artes, Filosofia, História e Geografia com formação adequada para atender à demanda dos alunos já matriculados no EM. De acordo com o Censo escolar, a única disciplina em que parece haver professores suficientes é a de Língua Portuguesa (EM FOCO, 2017, p. 09).

Não se sabe ainda precisamente como será implementada a Lei no 13.415/2017, e são muitos os desafios que se colocam nessa nova etapa para a Educação. Há muitas dúvidas somadas em conjunto com a Base Nacional Comum Curricular. O que se sabe, por enquanto, é que as redes e escolas terão algum tempo para se adaptar. Como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma não podem bater de frente será necessário aguardar o texto final da base para que as escolas e redes decidam suas novas matrizes curriculares.

A partir daí, diversos caminhos poderão ser seguidos. Edgar Lyra, professor e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e membro da comissão que ajudou a definir a BNCC de filosofia até 2016, conta para a reportagem da revista que:

No estado do Rio de Janeiro, um programa piloto que envolve 3 escolas propôs a opção de empreendedorismo para o percurso formativo profissionalizante. Já em São Paulo, algumas escolas de tempo integral organizam o tempo em torno de projetos interdisciplinares, a exemplo do que seria feito em uma iniciação científica. A oferta do ensino profissionalizante em larga escala parece ser, aliás, um dos pontos mais problemáticos da reforma. Na Alemanha, onde notoriamente se oferece um dos melhores ensinamentos profissionalizantes do mundo, a realidade é completamente diferente da do Brasil. O País europeu tem uma das indústrias mais bem desenvolvidas da do mundo, e seu modelo de educação profissionalizante — uma parceria entre o setor produtivo e as escolas — é fruto de um sistema que data do século XVIII, criado na antiga Prússia. (LYRA, Em Foco, 2017, p.09).

Para o Brasil, logicamente teríamos que pensar um novo modelo. Garantir que todos os alunos possam, de fato, escolher seus percursos formativos pode ser um tanto problemático, levando em conta, além da falta de recursos financeiros e humanos, também os desafios logísticos como afirma Lyra. “Mais de 50% dos municípios no País têm somente uma escola de Ensino Médio. Como fazer? Deveremos oferecer todas as opções?” (LYRA, Em Foco, 2017, p. 09).

A autonomia dos estados na implementação da reforma é um ponto positivo,

no entanto, essa é uma mudança que pode ser demasiado complexa para o corpo técnico de alguns estados brasileiros, o que tende a gerar cenários muito desiguais regionalmente.

Um documento publicado pelo Instituto Unibanco alerta para o risco de que uma implementação mal cuidada agrave as desigualdades no sistema de ensino, que já são enormes. Se no Reino Unido, um país socialmente menos desigual que o Brasil, o endereço postal da família é fator determinante para a carreira que os jovens escolherão — historiador, pedreiro, matemático, etc. —, que efeito teria um sistema desse tipo aqui no Brasil, onde o Censo de 2010 mostra que um em cada quatro brasileiros é analfabeto funcional? Há ainda quem relute em reconhecer a Lei no 13.415/2017 como uma reforma. Ocimar Alavarse, pesquisador e professor da Universidade de São Paulo (USP), acredita que a nova legislação engana ao dar a impressão de que os jovens terão muitas opções para escolher quando, na verdade, faltam recursos humanos e materiais nas escolas públicas. “A legislação [em vigor até o ano passado] já permite algumas diferenciações”, diz. “Claro que devemos ouvir os jovens. Mas se vende a ilusão de que os adolescentes, aos 15 anos, já sabem o que querem da vida”, lembra Alavarse. Para ele, nas escolas públicas de Ensino Médio — onde estudam cerca de 80% dos alunos — observa-se escassez. A escolha, por outro lado, pressupõe abundância. (EM FOCO, 2017,p.09-10)

Importante frisar que até o momento, não existe concordância a respeito de um modelo único de sucesso para o Ensino Médio. Contudo, a educação de qualidade passa fundamentalmente pelo investimento e pela valorização das pessoas envolvidas:

Se pensarmos a palavra ‘caminho’ a partir daquilo que mais imediatamente nos falta, e não a partir de metas, no mais das vezes, abstratas, penso que precisamos primeiro dar aos nossos estudantes — todos os estudantes — condições mínimas de estudo, ou seja, facilitar a coexistência entre sua formação escolar e a realidade social e cultural em que se inserem. Também os professores precisam de condições básicas para fazer um trabalho de qualidade.(LYRA, EM FOCO, 2017, p.10)

Nossas professoras e nossos professores, na imensa maioria das vezes, em nenhum sentido dispõem dessas condições, seja em termos salariais, seja de tempo disponível para uma formação continuada e aprimorada, nem sequer para a preparação das aulas e avaliações. O grande desafio da implementação da Base Nacional Comum Curricular e da reforma do Ensino Médio está no professor, já que no fim do dia, é ele que faz a coisa acontecer (Em Foco, 2017).

Hoje, a profissão não é muito atrativa por razões já conhecidas: salas superlotadas, pouco tempo para planejar atividades, salários ruins, entre outras.

Mas há razões culturais que podem estar atrapalhando, tais como a sociedade que valoriza resultados rápidos e posições de liderança, relegando atividades técnicas e conhecimentos a um segundo plano. Países com educação de alta qualidade são aqueles em que a profissão docente é valorizada e está entre as mais disputadas. Temos um exemplo da Finlândia que é país com a melhor educação no mundo e aposta no professor, ela dispensa as provas nacionais e aposta na valorização do professor e na liberdade de trabalhar.

Como o texto da Revista coloca talvez não seja necessário olhar muito longe para ter uma ideia de como tornar o magistério atrativo para profissionais talentosos:

Não devemos pegar os exemplos internacionais e aplicar na realidade educacional brasileira sem refletir sobre nossas particularidades. Por exemplo, falta infraestrutura nas escolas públicas e privadas. Essa é a primeira questão que o governo deveria enfrentar antes de aumentar carga horária dos alunos. (EM FOCO, 2017, p.12)

Assim, o presente capítulo termina sugerindo que antes das mudanças propostas pela Lei nº 13.415/2017, haja iniciativas no sentido de buscar verdadeiramente melhorias para não só o Ensino Médio, mas para todas as fases da Educação, abrangendo não somente a grade curricular das disciplinas, mas a reforma da Educação como um todo.

A Reforma do Ensino Médio traz, assim, mudanças na disciplina e desvaloriza a área de humana. A base está focada em competências e habilidades, competência específica de linguagem e suas tecnologias, portanto não fala em disciplina. A base trata de habilidade de área, que é linguagem e suas tecnologias e as habilidades que ela trata da língua portuguesa e em seguida matemática, porque as duas que são obrigatórias, logo após vem competência específica de ciências da natureza e suas tecnologias, não existe especificidade se um aluno optar por um itinerário informativo, ele vai ver apenas o conteúdo relativo a essas competências que são específicas dessa ciência, não verá por exemplo as competências específicas de ciências humanas e sociais aplicadas.

Precisamos de uma reforma que tenha participação de todos e que seja boa para os estudantes, não deve ser somente no Ensino médio, mas sim em todo o ensino.

O que fica como obrigatório é português e matemática, e a própria base não traz nenhuma indicação de conteúdo, porque ela só fala em habilidades e competências. A base esvazia o conteúdo disciplinar e cada sistema de ensino vai decidir como vai organizar esse currículo para o ensino médio.

Cada competência dará margem a um itinerário informativo, que o aluno escolhe qual ele quer seguir, português e matemáticas não. Ciências da natureza e ciências humana sim, este estudante ele não terá uma formação completa no sentido tradicional. Há uma mudança em curso e, nesse sentido, pairam dúvidas de como que esse aluno fara um vestibular sem se aprofundar nas outras disciplinas? Ou como serão os novos concursos que exige esse conhecimento da BNCC?

A sociologia é muito importante, para que o aluno se forme como questionador e essa nova base ela tira o direito do aluno questionar. Sabemos que muitos professores com essa nova reforma perderão seus lugares, não terão mais aulas, com isso vai ocorrer o desemprego. A escola foi totalmente esvaziada e o currículo individual tende a desaparecer com a retirada dessas disciplinas, no mundo holístico como da Sociologia. Como que o estudante vai realmente ter conhecimento do português e da matemática se ele não vai ter por trás Física, Química, História, Geografia entre outras que estão super ligadas ao conjunto da prática.

No próximo capítulo será analisado entrevistas com educadores do ensino público sobre a reforma do ensino médio e como se encontram diante da implementação dessa reforma.

### **CAPÍTULO III- A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO**

Para entendemos a importância da Sociologia no Brasil é necessária inicialmente conhecer o contexto histórico, político e social do seu surgimento. Pode-se dizer que essa ciência é relativamente nova e nasce na transição do século XVIII para o século XIX, período em que a Europa passava por profundas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais com o advento das Revoluções Industrial, Científica e Francesa.

A Sociologia nasce e desenvolve-se com o Mundo Moderno. Reflete as suas principais épocas e transformações. Em certos casos, parece apenas a sua crônica, mas em outros desvenda alguns dos seus dilemas fundamentais. Volta-se principalmente sobre o presente, procurando reminiscências do passado, anunciando ilusões do futuro. Os impasses e as perspectivas desse Mundo tanto percorrem a Sociologia como ela percorre o mundo. Se nos debruçamos sobre os temas clássicos da Sociologia, bem como sobre as suas contribuições teóricas, logo nos deparamos com as mais diversas expressões desse Mundo. Sob diversos aspectos, ela nasce e desenvolve-se com ele. Mais do que isso, o Mundo Moderno depende da Sociologia para ser explicado, para compreender-se. Talvez se possa dizer que sem ela esse Mundo seria mais confuso, incógnito (IANNI, 2011, p.2).

GOMES (2017, p.23) afirma que “a Sociologia é uma ciência moderna, fruto do mundo moderno e uma alternativa para entender/explicar este mundo”.

Iniciada com Auguste Comte, filósofo francês, considerado o pai fundador da Sociologia, que em seu Curso de Filosofia Positiva a necessidade de uma nova ciência social que teria como objetivo compreender de forma racional a realidade social da França, a sociologia surge.

A sociologia foi se desenvolvendo trazendo como meta prever para poder intervir nos problemas sociais que se seguiam após a Revolução Francesa. Assim, essa ciência também ficou conhecida como a “ciência da crise” (Gomes, 2017, p.22):

Os intelectuais definiam a Sociologia como um conhecimento especializado, produzido pela evidência dos fatos, comprometido com a constituição da nação. Essa concepção pragmática da Sociologia resultou em desdobramentos para o seu ensino. Entendemos dessa maneira que os contextos históricos, sociais e políticos interferem nos sentidos que o ensino de Sociologia venha a desenvolver, tanto no âmbito epistemológico quanto no âmbito metodológico.(GOMES 2017, p.29).

Os primeiros cursos de Ciências Sociais a nível superior no Brasil surgem somente na década de 1930. Essa especificidade histórica nos indica que inicialmente temos a presença de professores autodidatas, isto é, intelectuais de diferentes áreas acadêmicas, mas, sobretudo, da área do direito, interessados em compreender os conhecimentos sociológicos (MEUCCI, 2000).

Gomes (2017) argumenta que a institucionalização das Ciências Sociais surge somente algumas décadas após a inserção da Sociologia no Ensino Básico já no início da década de 1930, com a criação das primeiras instituições de ensino superior brasileiro, que só terão um caráter mais científico na década de 50 com a

liderança de Florestan Fernandes.

Em 1937 no governo de Getúlio Vargas foi instaurado o chamado Estado Novo de caráter ditatorial. Durante esse período houve um aumento do poder do pensamento católico conservador em oposição ao pensamento escola novista, o que gerou conflitos acerca do sentido e da utilidade da disciplina de Sociologia nas escolas (GOMES, 2017)

GOMES (2017, p. 31) explana que como consequência dessas mudanças houve o fim de disciplinas como: Psicologia, Geofísica e a Sociologia, pois segundo a perspectiva da Reforma Capanema essas disciplinas “desempenhavam uma função mais preparatória do que formativa; assim a Sociologia perde o caráter de disciplina e alguns de seus conteúdos passam a integrar a proposta Filosofia”.

Segundo Gomes (2017) todo esse caminho da educação brasileira até aqui evidencia as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais, especialmente produzidas pelos chamados “pioneiros” da educação e pelos conservadores. Nessas lutas surgiram temas como direito de todos à educação, do dever e da responsabilidade do Estado de promover uma escola pública e gratuita e que garanta esses direitos, da obrigatoriedade, da coeducação e da necessidade da descentralização do ensino:

Não podemos nos furtar de afirmar que a organização da educação em determinada sociedade é, antes de tudo, um problema de ordem política e a legislação é sempre o resultado da proposição dos interesses das classes representadas no poder. A rigidez da Reforma Capanema e a ideologia nela implícita indicam bem a medida da atuação das correntes conservadoras e da burguesia junto ao poder executivo (RÊSES, 2004, p.19-20).

Gomes (2017) afirma que as incertezas em relação ao futuro, a precarização do trabalho e a fragmentação social refletem diretamente na escola. O autor afirma que pensar a educação e a própria escola requer uma análise complexa, que articule as dimensões econômicas, políticas, sociais e cultural. Acreditamos que cada um desses elementos interfere no ensino da Sociologia. É perceptível que:

Em um governo conservador e autoritário, os conhecimentos sociológicos se tornam uma ameaça, pois teriam a capacidade de evidenciar os mecanismos de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais (GOMES, 2017, p.32-33).



Em 1954, Florestan Fernandes defendia a necessidade de uma reformulação no sistema educacional com o objetivo de ampliar a presença das ciências humanas no nível médio, entretanto alertava que:

Não é preciso muita sagacidade para se perceber que, mantendo-se as condições atuais, o sistema educacional brasileiro não comporta um ensino médio em que as ciências sociais possam jogar algum papel (FERNANDES, 1954, p.98).

Sabendo que é na escola que a educação crítica se forma, esta encara vários dilemas: condições de trabalho precárias, violência, problemas estruturais, entre eles, a necessidade de enfrentar um processo de autocrítica que possibilite uma (re) significação dos seus conteúdos, principalmente do papel social por ela desempenhado.

Das disciplinas de formação docente, a Sociologia da Educação tem se consagrado fortemente a problematizar o modelo de escola que temos e pensar sobre o modelo que poderíamos ter. A história da Sociologia no Brasil está profundamente ligada à história da educação, e foi no campo da educação que ela conseguiu sua legitimidade (MEUCCI, 2000)

No livro “A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de Ensino”, publicado em 1970 por Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, comprovou-se como a escola é um forte mecanismo de reprodução social. Estes autores observaram que ao privilegiar certos valores, comportamentos e conteúdos, ou seja, ao tomar como referência o capital cultural burguês, a escola desconsidera as especificidades históricas, culturais e sociais dos indivíduos e dessa maneira não só reproduz como também e acima de tudo legitima as desigualdades sociais (BOURDIEU, PASSERON, 2013).

O estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio tem como objetivo geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política. Assim sendo, a seleção dos conceitos estruturadores da Sociologia deve levar em conta a contribuição fundamental dessas áreas das Ciências Humanas e Sociais (BRASIL, 2004).

É importante evidenciar que ao longo de mais de um século ocorreram diversas reformas educacionais, e em determinados momentos a Sociologia era identificada como uma espécie de salvação do Brasil, a ciência que traria o progresso e a civilização através do pensamento racional acerca das relações

sociais (MEUCCI, 2000), e, portanto, de caráter obrigatório. Em outros momentos, porém, a mesma foi adaptada com outras nomenclaturas (PERUCCHI, 2009), e formas de controle e adaptação social ou ainda excluída por ser considerada revolucionária.

Essas perspectivas produziram no campo acadêmico e escolar, muitas interpretações equivocadas sobre o papel da disciplina, o que trouxe distorções e discussões abordando sua legitimidade, do mesmo modo sobre a prática dos professores destes conteúdos.

É preciso entender a realidade como algo dinâmico e em transformação constante e não como algo estático. Parece-nos que o maior argumento usado pelas instituições educacionais a favor da Sociologia está centralizado na valorização de uma formação humanística, ou seja, valorizar as disciplinas da área de humanas que colaboram para a formação de jovens mais críticos em relação ao contexto social em que está inserido tornando-se, logo mais participativa (GOMES, 2017)

Entretanto, a própria história da disciplina nos comprova que o ensino da Sociologia nem sempre teve como fundamento uma formação de caráter crítico, mas, pelo contrário, muitas vezes foi desempenhada de forma conservadora em um claro viés de ajustamento social (MEUCCI, 2000).

De forma resumida, a introdução desta disciplina nos currículos escolares foi permeada por muitos conflitos e isso infelizmente ainda ocorre nos dias de hoje com as novas propostas. Após tantas décadas e mudanças no âmbito educacional no que se refere à presença de disciplinas da área de ciências humanas, será que realmente avançamos no sentido de um currículo mais humanista no ensino médio?

### 3.1 Diálogo e entrevistas com professores sobre a BNCC

Enquanto gestora de uma unidade escolar do município de Macaé, aproveitei um horário de atividades em que todos os professores do Fundamental I e II estavam reunidos para planejamento e comecei a falar sobre a BNCC e seus objetivos (anexo).

Iniciei perguntando aos professores o que eles entendiam sobre a BNCC, ou seja a nova reforma, percebi que muitos professores não sabiam o que era, levei

a BNCC do Ensino Fundamental e Médio impressa, encadernada para todos terem acesso do documento e comecei explicando que é a Base Nacional Comum Curricular que tem como objetivo o que os alunos devem aprender, lembrando que não é currículo, ela da base para elaboração do currículo.

Expliquei sobre o Sociólogo Cesar Callegari que deixou a presidência da comissão da BNCC, por não concordar com a elaboração da Base Nacional e ainda critica sobre a nova reforma, pois as escolas não estão preparadas para essa mudança e apontei que a BNCC para o Ensino Medio trazia mais mudanças quanto à organização das disciplinas, por exemplo.

Após a conversa fiquei assustada, pois vi professores preocupados logo após que eu falei dessa nova reforma. Aproveitei que no dia anterior teve a escolha do livro didático e fui falando que na capa do livro já vem escrito que a mudança do livro é de acordo com a BNCC, fazendo com que eles entendessem o que estava querendo explicar.

Ao citar que a base nacional do ensino médio irá priorizar português e matemática, e que teremos mudanças na carga horária, alguns professores de outras disciplinas fizeram as críticas afirmando ser “um absurdo”, pois não estavam valorizando as outras disciplinas inclusive a que eles dão aula. O professor Ralph<sup>17</sup> formado em Geografia critica essa base nacional, diz que ela deveria ser pensada a partir de debates realizados nas escolas envolvendo professores, alunos e comunidades o outro professor João de História coloca como as escolas estarão preparadas para essa mudança, já o professor Humberto professor de Matemática diz que não devemos criticar, “temos que esperar para ver o que vai acontecer”. O restante dos professores nada questionou, em uma sala de 40 professores. Eu analisei que se seu não tivesse envolvida nesta monografia sobre esse tema, eu também seria mais uma que não saberia o que é a BNCC, pois as escolas não estão trabalhando com essa nova mudança e muito menos preparadas.

Os professores ficaram preocupados com a retirada das disciplinas do ensino médio e ainda colocaram que com essa mudança pode ocorrer desemprego e analisaram que no Ensino fundamental a mudança não foi tão grande quanto no médio. Expliquei sobre a medida provisória que o governo

---

<sup>17</sup> Os nomes dos professores serão fictícios visando preservar a identidade.

anunciou a reforma do Ensino Médio, que causou espanto por ser definida por meio de uma Medida Provisória e logo após se tornou lei.

Os professores se mostraram insatisfeitos com a nova reforma e questionaram sobre a nova reforma do ensino médio, inclusive professores de Geografia e História, o que foi apresentado aos professores foi a nova BNCC impressa com os dados equivalentes e também foi falado sem apresentar documentos da medida provisória e a lei 13.415/2017.

Ao defender essa posição e por não concordar com essa mudança pretendo continuar trabalhando com esses professores em defesa de uma educação de boa qualidade. A escola precisa ser protegida e valorizada, formar jovens questionadores e formadores de opinião.

Em virtude do ocorrido, entreguei a cinco professores do município de Macaé de diferentes escolas, 3 professores de escolas Municipais e 2 das escolas estaduais, um questionário sobre a reforma do ensino médio, e quando fui recolher só dois me entregaram.

Percebi que os outros que não entregaram tiveram dificuldade para responder essas perguntas. Ao perguntar aos que não entregaram sobre a entrevistas um informou que esqueceu no carro, o outro não tinha levado e tinha esquecido em casa. Devido a dar continuidade ao meu trabalho eu usei as duas entrevistas que foram entregues para fazer uma análise.

Talvez pelo fato de ser diretora desta Unidade Escolar os professores ficaram com certo receio em responder as perguntas e deixar claro suas opiniões sobre o assunto abordado, embora tenha também observado que muitos não sabiam do assunto, na sala tinham 40 professores e poucos entendiam do tema. Não se pode negar que são grandes as responsabilidades de um gestor escolar e que seu sucesso depende muito do esforço da equipe, pois o desempenho de cada um pode contribuir e muito, as opiniões são importantes porque faz parte de uma realidade social e todos precisam estar inseridos.

Em entrevista com o professor Rodrigo do ensino fundamental II do município de Macaé e professor do ensino médio de uma escola estadual do Rio de Janeiro, educador há 15 anos ele afirma não concordar com a reforma do ensino médio, pois o objetivo é não levar o aluno a pensar. Diz não concordar com a retirada das aulas de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, diz que o governo não soube organizar essa nova reforma e agora nós que pagamos

por isso. Coloca que essa reforma “é errada”, porque quem fez não sabe a veracidade da rede pública, por isso não tem experiência para dar opinião sobre a escola pública. Para ele não tem fatores positivos, só negativo porque ele como professor de Geografia será prejudicado de alguma forma e muitos professores irão sofrer com essa nova reforma.

Já o professor Carlos do Município de Macaé, educador há 10 anos do ensino fundamental II. Ele se apresentou a favor, pois diz que o ensino médio necessitava de reforma, e se manifestou super feliz com o aumento da carga horária, porque antes a quantidade de aula era pouca para ele. Segundo ele modelos semelhantes existem em outros países, por isso concorda com a reforma. Diz que o fator positivo foi a mudança da carga horária e a valorização do português e matemática que os alunos tem muita dificuldade em aprender leitura e escrita.

Para concluir observa-se que os professores não estão preparados para essa mudança e ainda não entenderam a gravidade que irá influenciar em suas vidas, a escola deve ser democrática, levar o aluno a pensar, proporcionar uma educação de qualidade para todos, visto que todo ser humano tem a capacidade de aprender de acordo com seus interesses e seu ritmo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como exposto, a luta pelo ensino de Sociologia na educação básica sempre esteve ligada a concretização de uma educação pública de qualidade como nos demonstra toda a literatura pesquisada sobre a temática. Destaca-se que os conhecimentos sociológicos passados para os alunos no ensino médio são vistos como fundamentais para a modernização de nosso país em especial para o exercício da cidadania.

A luta pela institucionalização dessa disciplina tem mais de um século de história e depois muitas batalhas, no ano de 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.684 sancionada pela Presidência da República, que altera o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/96, foi determinado que a Sociologia e a Filosofia se tornassem disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio.

Entretanto, através da medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 o governo institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, e depois aprovando a Lei nº 13.415/2017, coloca mais uma vez debates sobre o Ensino Médio e quais disciplinas são ou não importantes para a vida acadêmica dos jovens.

Neste contexto político, a formação técnica ganha também uma relevância e disciplinas importantes para uma formação mais humanista como Artes, Sociologia e Filosofia correm o risco de ficarem fora dos currículos escolares como conteúdos obrigatórios.

Centrando em um ponto de interesse desse trabalho, a disciplina de Sociologia, em especial traz uma grande contribuição ao contexto escolar, uma vez que promove reflexões sobre temas como gênero, relativismo cultural, imaginação sociológica, participação política entre outros. Ao realizar reflexões baseadas em métodos científicos, sobretudo o da desnaturalização e estranhamento da realidade a mesma colabora profundamente para uma formação mais crítica.

Importante mencionar a importância dessas disciplinas para a preservação da democracia e a construção de um mundo melhor, especialmente por sua capacidade crítica e criativa. e de solidariedade.

Infelizmente, para muitas pessoas (gestoras ou não da educação), a qualidade no Ensino significa apenas formação de mão de obra para o perfil da maioria dos empregos existentes, diga-se por sinal, precários e mal remunerados.

Assim, a pesquisa nos conduz a seguinte afirmativa: as constantes dúvidas que tanto a lei de reforma do ensino médio quanto à Base Nacional Comum Curricular nos trazem é que estamos longe de um panorama em que a educação seja vista como formação integral, que deveria incluir o pensamento crítico, a capacidade de ler o mundo, de indignar-se com as injustiças, reconhecer e se alegrar com as manifestações de inovação e criatividade dos seres humanos, ou seja, de refletir de maneira autônoma.

Precisamos continuar lutando para que a Sociologia e outras disciplinas como Artes, Filosofia, Educação Física, entre outras que visam o desenvolvimento do ser humano de forma ampla e complexa, não sejam retiradas do currículo com a nova proposta de reforma do ensino médio.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Anderson de Souza. Passos em falso? Investigação entre o banco mundial e o currículo do ensino médio brasileiro. Licenciatura em Ciências Sociais Universidade Federal Fluminense. Campos de Goytacazes. RJ. 2017.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; DA SILVA, C. Perdigão Gomes. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2013.

BRASIL, L. D. B. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 2012.

BRASIL. 2014. **PNE - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 12/05/2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 24/04/18

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Medida Provisória. Assessoria de Imprensa. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria> Acesso em: 28/03/2018

CARA, Daniel. Entrevista: Daniel Cara [S.l.]: **Carta Capital**, fev. 2017. Entrevista concedida a Renan Tuffi. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-umretorno-piorado-a-decada-de-1990> Acesso em 24/04/18.

EDUCAÇÃO. Reforma do ensino médio. Portal Educação. Brasília, Set/2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/09/reforma-do-ensino-medio-e-prioridade-do-governo-diz-mendonca-filho> Acesso em: 09/04/2018

EM FOCO. **Os Desafios do Novo Ensino Médio**. A Revista do Ensino Médio da Editora do Brasil. Ano 1. 2017. Edição I. Disponível em: <http://www.editoradobrasil.com.br/site/revista/revista-em-foco.pdf> Acesso em: 13/05/18.

FERNANDES, Florestan. Existe uma crise da democracia brasileira? In: **MUDANÇAS sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1954.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 23ª edição. São Paulo: Paz e terra, 2002.

GOMES, Saulo Albuquerque. **A sociologia no ensino médio brasileiro: uma leitura de dissertações e teses defendidas entre 2000-2014**. 2017. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150584/gomes\\_sa\\_me\\_prud.pd?sequence=3](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150584/gomes_sa_me_prud.pd?sequence=3) Acesso em: 13/05/18

IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. Tempo social, v. 1, 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Demerval; SANFELICE, J. L; LOMBARDI, J.C. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LOPES, Alice Casimiro (2015). **Por um currículo sem fundamentos**. Linhas Críticas, Brasília, DF, 21 (45), 445-466, Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/16735> Acesso em: 24/04/18.

LOPES, Alice Casimiro. **Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo**. In: Mendonça, D. (Org.). Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar. São Paulo, Brasil: Ed. Intermeios, 2017.

MEUCCI, Simone .**A Institucionalização da Sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. Dissertação de Mestrado em Sociologia.Campinas-SP: IFCHUNICAMP, 2000.

MEC. **Cartilha sobre o Novo Ensino Médio é lançada no Senado; publicação explica mudanças**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/53001-cartilha-sobre-o-novo-ensino-medio-e-lancada-no-senado-publicacao-explica-mudancas> Acesso em: 12/05/18

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> Acesso em: 13/05/2018

NETO, Edgar de Campos Et. Al. **Breve Reflexão Acerca da Reforma do Ensino Médio e Seus Impactos na Formação do Estudante**. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23840\\_12892.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23840_12892.pdf) Acesso em: 13/05/2018.

PERUCCHI, Luciane. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; 2009.

PORTAL MSN. **Percepção do brasileiro sobre a qualidade do ensino piora, aponta CNI**. MSN. 2018. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/educacao/percepção-do-brasileiro-sobre-qualidade-do-ensino-piora-aponta-cni/ar-AAvpHBp?li=BB8nufC&ocid=spartanntp> Acesso em: 02/04/2018.

PINTO FERREIRA. **Curso de direito constitucional**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva 1995.

RBA.<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/04/estudantes-ocupam-39-escolas-estaduais-do-rio-de-janeiro-7998.html>

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro, Editora DP&A, ROMANELLI, 2000.



RODRIGUES, Érika Virgílio; LOPES, Alice Casimiro. **Base Nacional Comum Curricular no Brasil: Regularidade na Dispersão**. Investigación Cualitativa, v. 2, n. 2, p. 23-35, 2017

UFMG. **Observatório Da Juventude. Texto para Discussão- Reforma do Ensino Médio**. UFMG. 2016. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/texto-para-discussao-reforma-do-ensino-medio-mp-7462016/> Acesso em: 02/04/2018.

SAVIANI, Dermevalet al. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. **Revista brasileira de educação**, 2007.

## ANEXOS

### 1-Roteiro das entrevistas

- 1- Como você analisa nova a reforma do ensino médio?
- 2- Com a Reforma do Ensino Médio como você analisa a existência das disciplinas de e Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia?
- 3- Quais os fatores positivos e negativos para os alunos/as e para a escola com o novo ensino médio?
- 4-Quais os riscos e desafios da organização por área aos docentes com a Reforma do Ensino Médio?
- 5-Como você descreveria um tipo ideal de reforma para o Ensino Médio?

## 2-Palestra com os professores sobre a BNCC

Data da apresentação:08/10/2018



Fonte: Rafaela Rangel da Silva. Registro no dia 08/10/2018



Fonte: Rafaela Rangel da Silva . Registro no dia 08/10/2018